

Os *Fundamentos da Liberdade*, a atualidade da obra de Friedrich A. Hayek

Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima - UNIGRANRIO

No momento em que vivemos hoje na sociedade brasileira e mesmo mundial torna-se imprescindível chamar para a discussão o conceito e as aplicações de valores como a liberdade. Embora o texto em questão tenha sido escrito em 1960, traz questões bastantes atuais para serem discutidas.

SOBRE O AUTOR:

Friedrich von Hayek (1899-1992) nasceu em Viena, Áustria, numa família de cientistas e professores acadêmicos. Doutorou-se em Ciência Política e Direito e foi um dos mais influentes economista e filósofo político que encabeçou a teoria do que é hoje conhecido como neoliberalismo, embora ele seja melhor considerado por muitos e também se considere como um liberal clássico. Como entende a vasta literatura sobre economia, o que distinguiu a escola austríaca, que Hayek pertence, da escola clássica de economia política começada por Adam Smith e David Ricardo foi sua 'subjativa' teoria do valor.

Seu trabalho no campo da economia foi notável, ganhando, inclusive o Prêmio Nobel. Durante sua carreira, fez várias atividades: de 1927 a 1931, foi diretor do Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas e lecionou na Universidade de Viena, onde se equiparou a nomes como Wieser e Mises. Neste último ano foi convidado a assumir uma cátedra na *London School of Economics*, onde permaneceu até 1950. Neste ínterim, em função da guerra, foi transferido para Cambridge, onde conheceu Keynes e juntos estudaram a importância do dinheiro, embora tivessem, algumas vezes, discordâncias. Nesta época, uma de suas grandes preocupações foi com as questões políticas e sociais. Sua obra de grande sucesso *O Caminho da Servidão*, de 1944 fez com que fosse eleito membro da Academia Britânica.

Nos anos de 1950, Hayek assumiu a cátedra de ciências políticas e sociais na Universidade de Chicago, onde especialistas defendiam a economia

de livre mercado. Permaneceu lá até 1962. Daí foi para Freiburg, ficando até 1969. Ainda na década de 60, publica *Os Fundamentos da Liberdade* em que mostra suas preocupações sociais, como a questão da saúde e da previdência.

Seu trabalho acadêmico divide-se em quatro fases distintas: teoria econômica; problemas de economia política; filosofia política e teoria do direito, embora seu principal tema de estudo seja a livre sociedade, no qual foi auxiliado por Ludwig von Mises, principal economista da Escola Austríaca.

Seus trabalhos ficaram conhecidos ao enaltecer a predominância da Economia de Mercado e criticar os mecanismos de *Welfare*. Considerado um dos primeiros monetaristas, aproximou-se do conservadorismo, embora se defenda desta visão, por sua posição não intervencionista do Estado. Deste modo, passou a ser respeitado e conhecido por suas contribuições na área da economia e por suas novas visões do pensamento liberal.

A OBRA:

F. Hayek aponta em sua obra, *Os Fundamentos da Liberdade*, que desde o século XIX os princípios básicos da civilização ocidental, dentre eles, a liberdade, vem sendo cada vez menos respeitados. As lideranças intelectuais, portanto, vêm se preocupando com um mundo melhor, já que estão desiludidos com o mundo já proposto.

Há que se tomar cuidado, segundo o autor, pois o espírito da iniciativa individual está ausente, o que retira a possibilidade de se encontrar uma sociedade viável. Hayek alerta sua preocupação particular com os problemas de política econômica, ao escrever a obra, mas aos poucos foi transformando sua preocupação com os princípios básicos de uma filosofia da liberdade.

É neste sentido, que o próprio autor conceitua seu livro como uma obra ambiciosa, pois lida com princípios de validade universal e não direcionados a períodos ou espaços específicos, pois para ele, as correntes intelectuais diminuíram a crença na liberdade em todo o mundo. Além disso, a tradição desta liberdade não é objeto exclusivo de um local específico. Daí, o autor colocar que seu objetivo é “abrir portas para a evolução futura” (p. XXXV), ao tratar de

questões de filosofia política, principalmente na primeira parte que mostra o desejo e as consequências de liberdade.

Hayek aponta a necessidade de conhecer uma sociedade em que se prevalece a falta de liberdade para que possamos conhecer seu valor na sociedade em que prevalece. A liberdade, assim, não é somente um valor específico, mas uma condição para os valores morais.

Já que alguns conceitos, entre eles o da liberdade, tornaram-se desgastados em suas definições, Hayek acha importante começar sua obra explicando que tipo de liberdade ele está falando. Esta definição não se coloca, portanto, para outros conceitos mais vagos, como coerção, lei, entre outros.

A primeira parte do livro, chamada “O valor da liberdade” começa a discutir a condição em que a coerção aparece reduzida no âmbito da sociedade. Assim, Hayek aponta que o sentido que quer empregar à liberdade é o que chama de liberdade individual, ou seja, o estado em que o homem não se sujeita à coerção pela vontade de outro homem. Embora o homem não possa eliminar completamente a coerção, a tarefa de uma política de liberdade está em minimizá-la. Liberdade esta, referida como a relação do homem para com o seu semelhante.

A liberdade ou a falta dela depende da possibilidade de determinar sua conduta do mesmo modo que suas próprias pretensões ou algum poder que manipule as condições. Para que a aplicação do conceito de liberdade seja plenamente eficaz, o autor acha importante contrapor o seu significado aos sentidos que tal palavra adquiriu. O primeiro deles é a “liberdade política”. Este conceito refere-se a grupos de homens, portanto a uma liberdade coletiva, onde um povo livre não significa um povo de homens livres. O indivíduo não depende, segundo Hayek, da liberdade coletiva para ser livre. Quando ele escolhe seu próprio governo não significa que está assegurando a sua própria liberdade.

O outro significado é o da “liberdade interior”, que se diferencia da liberdade diferente de coerção, porque no lugar desta coerção está a influência de emoções temporárias. As pessoas neste caso, não são impedidas de fazer algo por uma imposição, mas podem ser capazes de uma escolha entre várias alternativas em função de barreiras colocadas, por exemplo, por superstições.

Uma terceira possibilidade é a de contrapor a liberdade enquanto poder. O perigo está em usar a liberdade para fundamentar medidas que destroem a liberdade individual. Esta confusão se deu a partir do momento que a tradição filosófica utilizou a palavra restrição no lugar de coerção. O autor lembra, entretanto, que o ideal seria usar o sentido de liberdade como ausência tanto de restrição, como de coerção.

Se liberdade pode estar atrelada ao poder, também pode estar à riqueza. Embora as duas coisas sejam completamente distintas, tanto a liberdade como a riqueza constituem bens desejados pelas pessoas. Mas ainda devemos pensar que ser livre não significa possuir todos os bens e não ter nenhuma dificuldade.

O que Hayek mostra como característica da liberdade é que ela é um conceito negativo que só se torna positivo quando fazemos uso dela. Ela embora não nos assegure qualquer tipo de oportunidade, deixa a nosso critério a forma de se enxergar as circunstâncias. A liberdade, assim, é uma só, embora seus sentidos sejam diversos. Deste modo, o homem só é realmente livre quando age de acordo com suas vontades, sem estar forçado a se subjugar à vontade de outros homens.

Assim, o autor entende “coerção” como um mal para o indivíduo, pois postula sua capacidade de conhecimento e avaliação das coisas, torna-o um instrumento nas mãos de outras pessoas. Porém, a coerção não pode ser completamente evitada, pois para isso deveria ser usada a própria coerção. A solução encontrada foi entregar o monopólio da coerção ao Estado, que protege as esferas privadas contra outras interferências. O indivíduo criou para ele mesmo uma coerção específica que constitui um elemento auxiliar na busca de seus objetivos e não os de outrem.

Hayek lembra dos dizeres de Sócrates: “só sei que nada sei”, para reconhecer que a ignorância é o início da sabedoria, serve para mostrar a ignorância dos homens a respeito de algumas coisas que lhes permitem alcançar seus objetivos.

Um exemplo utilizado por Hayek é quando aponta que o homem criou a civilização, mas esta não é um produto das suas ações, um produto de um projeto humano. O homem não impôs ao mundo um modelo de civilização criado por sua mente que, por sua vez, nunca pode prever o avanço da civilização.

Hayek assim aponta o erro de se pensar a ideia de que o homem constrói conscientemente a sua civilização, pois se considera, então, a razão humana como algo externo à natureza, com conhecimento independente da experiência. O conhecimento que orienta as ações do homem constitui somente uma parte das condições que permitem esses indivíduos alcançarem seus fins.

Por outro lado, Hayek aponta que é um grande erro identificar a evolução da civilização com a evolução do conhecimento entendido como conhecimento explícito e limitado ao conhecimento científico.

A evolução do conhecimento e da civilização tornam-se o mesmo fenômeno quando é encarado como algo que inclui as formas de adaptação do homem ao meio ambiente e, não que todo conhecimento faz parte unicamente de nosso intelecto. Assim, quanto mais “civilizada” a sociedade mais o indivíduo desconhece os elementos que sustentam o funcionamento de sua civilização.

Logo após, Hayek observa o que para ele constitui os dois aspectos do processo de civilização. O primeiro, a transmissão do conhecimento adquirido e o segundo, a comunicação entre pessoas contemporâneas. Para o autor, a combinação mais adequada entre conhecimento e aptidão resulta de um processo individual de imitação dos que tiveram êxito, ou seja, os indivíduos usam resultados de experimentos de outros.

A conclusão que chega o autor é que a justificativa da liberdade individual fundamenta-se no reconhecimento da ignorância dos homens. Não haveria razão para se defender a liberdade se já se conhecesse tudo. A liberdade é essencial, deste modo, para que o imprevisto exista.

O progresso assim, depende de um máximo de oportunidades para que as coisas aconteçam. As instituições da liberdade são, portanto, adaptações à ignorância para que seja possível lidar com todas as possibilidades.

A liberdade significa, então, renunciar o controle dos esforços individuais de uma sociedade livre que pode usar muito mais conhecimento quando faz parte de um todo harmônico. Porém, a utilização da liberdade deve ser feita mesmo quando seu uso parecer indesejável. Um acabará sempre agindo de modo a desagradar o outro.

Nem sempre o melhor é a liberdade que uma pessoa pode ter, mas que todas as pessoas tenham as mesmas possibilidades. Contudo, a tese de que a

liberdade de alguns aplica-se à liberdade para todos, justifica que é melhor que alguns sejam livres pelo menos e que alguns tenham uma liberdade plena, ao invés de todas terem uma liberdade restrita.

Outro ponto importante apontado pelo autor é a necessidade de se dar ênfase também à liberdade de ação e não só a de pensamento, pois novas idéias nascem e devem ser colocadas em prática para agirem reciprocamente.

Hayek não deixa de entender a ideia de que a liberdade está associada a aspirações de indivíduos que não são limitadas, pois o esforço de um indivíduo pode, posteriormente, ser adotado pela maioria. As inspirações individuais auxiliam na perpetuação das ideias dos grupos que poderão continuar as mesmas, ou sofrer mudanças.

Ao abordar o tema do progresso, Hayek inicia sua argumentação falando das desilusões e dos melindres que se deve ter ao utilizar tal palavra. Não é mais somente uma discussão se ele existe ou não, mas se é desejável.

Neste sentido, o autor aborda que a história do progresso é a história da civilização e esse progresso criou, desde a existência humana, tudo o que lhe é característico. As descobertas feitas através do progresso é que tornam os homens sábios e pode ser prazeroso ou não, nunca esquecendo que o progresso requer movimento.

Este movimento que está misturado ao progresso faz com que ele não ocorra de um único modo; algumas pessoas ficam, de qualquer jeito, na frente de outras. Para que o progresso então exista é necessário o conhecimento adquirido por experiências que tornam algumas pessoas pioneiras em projetos que serão alcançados por outras.

As coisas só são alcançadas numa sociedade através do conhecimento ou imitação e o que às vezes a maioria das pessoas deseja só será acessível com o progresso e de tal forma estes desejos acabam por despertar a vontade para se esforçar. Segundo o autor, impedir o progresso para os pioneiros em algum empreendimento, significa impedi-lo de forma total.

No entanto, o progresso na Europa ocidental e nos Estados Unidos está muito ligado a valores materiais e se faz rápido demais. Não que os aspectos não-materiais não tenham valor, mas só se sobressaem quando o valor material já abriu os caminhos. Hayek entende que não mais se consegue parar o

progresso e nós não estamos mais aptos a parar e esperar ou nos contentarmos com o que já está estabelecido. Temos que acompanhar o progresso.

O quarto capítulo da obra de Hayek discute a liberdade enquanto razão e tradição. Neste sentido, o autor aborda a noção de que a liberdade não se constitui um estado natural, mas é um produto da civilização. Seu aperfeiçoamento se deu no século XVIII na França e na Inglaterra.

Nascia assim, as duas tradições para a teoria da liberdade. Uma, baseada em instituições que surgiram espontaneamente, a outra que visava uma utopia que não conseguiu êxito. Ao se integrarem no movimento liberal do século XIX, as duas teorias foram confundidas. A “tradição britânica” liderada por filósofos da moral inspirou-se na jurisprudência do direito consuetudinário, enquanto que a “tradição francesa” inspirou-se no racionalismo cartesiano. A primeira tem um processo experimental, enquanto que a segunda, considera um padrão único e obrigatório.

Segundo o autor, há normas de conduta que se desenvolveram como parte da civilização, dentre elas as mais importantes são as normas morais, que são ações regulares que não vêm após uma situação de coerção, mas de tradição. Para que a liberdade produza resultados benéficos, ela necessita de uma conformidade voluntária que só aparece para evitar a coerção.

Assim, Hayek sinaliza que o consenso da maioria a respeito de uma norma moral justifica uma minoria a segui-la. Há sempre a necessidade de normas de conduta moral, em que as consequências para serem benéficas necessitam de acordos comuns. A liberdade assim, precisa que a ação governamental seja orientada por princípios que governem toda legislação. A liberdade deve ser considerada um princípio supremo, sempre lembrando que junto dela deve vir a responsabilidade. O conceito de responsabilidade baseia-se numa interpretação determinista, como aponta Hayek.

Uma sociedade livre, que está longe do campo da coerção, exige que os indivíduos orientem suas ações através de um senso de responsabilidade, ou seja, quando os homens agem livremente, como acham que devem ser, também devem ser responsabilizados pelas consequências de suas ações. Se é assim, esta teoria só pode ser aplicada às pessoas que podem ser responsabilizadas,

isto é, exclui-se crianças e doentes mentais. A responsabilidade é algo que a sociedade criou para ordenar a vida dos homens sem apelar para a coerção.

Hayek não deixa também de abordar os objetivos individuais. Para ele, um dos direitos e deveres do homem livre é a que e a quem irá dar sua atenção. Cada indivíduo tem sua escala de valores que deve ser respeitada. Porém, a liberdade individual não deixa de ser considerada parte da esfera da responsabilidade individual, na qual sua principal função é fazer com que o indivíduo use o próprio conhecimento e alcance seus objetivos.

Esta responsabilidade e liberdade oferecem ao indivíduo uma oportunidade e um incentivo para utilizar seu conhecimento, porém, as capacidades que os indivíduos possuem devem ser transformadas em um serviço concreto e que seja útil. Os homens devem utilizar seu talento em um emprego apropriado. Numa sociedade livre as oportunidades devem ser realmente consideradas e adequadas a ela: a conduta e a educação que o indivíduo possui. Isto não significa que o indivíduo deva cair num egoísmo absoluto, mas não consegue, mesmo que preocupado com os problemas dos outros, fazer o bem a todos e cumprir seus objetivos.

De outra forma, no que diz respeito à igualdade, a liberdade além de não ter uma relação exclusiva com ela, como entende o autor, acaba produzindo desigualdades. A igualdade entre os homens é, segundo Hayek, um pressuposto falso. As diferenças nacionais e raciais existem. A igualdade que deve ser reivindicada é que perante a lei pessoas sejam tratadas do mesmo modo, mesmo que diferentes uma das outras.

Deste modo, Hayek traz como fundamento duas proposições básicas. A primeira é a de que existe certa semelhança entre todos os seres humanos; a segunda é que qualquer membro da comunidade pode adquirir a capacidade de fazer qualquer coisa que possa ter valor, como se fosse um bem para comunidade.

Dentro da sociedade a família tem um importante papel de preparar os filhos para uma vida feliz. Assim, à família se atribui parte da personalidade dos indivíduos e entende que a sociedade é composta não só de indivíduos, mas de famílias, como já apontava Aristóteles em sua *A Política*, ao entender que a família é a primeira forma de sociedade.

Ao abordar as igualdades de oportunidades, o autor observa que a desigualdade não mais está conectada à passagem de uma herança familiar, mas os desníveis estão baseados nos graus de instrução. A igualdade de condições baseia-se na educação, que não chega da mesma forma para todos, que acaba gerando por fora a situação de inveja, que segundo Stuart Mill é “a mais maligna e anti-social de todas as paixões” (p. 100).

Outro conceito destacado por Hayek é o conceito de justiça. Assim, como liberdade e coerção, esse é um conceito que segundo o autor, depende do relacionamento entre os homens. Assim como justiça, a democracia também foi alvo de preocupação do autor. De acordo com ele, o uso do termo democrático como algo totalmente bom é complicado por sugerir que a democracia é boa de qualquer forma e se esta se ampliar, a sociedade irá enriquecer, o que não é totalmente verdade. Sua generalização é contestável, embora pareça que não. A democracia como entende Hayek não é um valor último e deve, quando precisar, ser julgada. Ela é um bom meio de se chegar a certos fins, mas não é um fim em si mesma.

O autor ainda traz três argumentos para justificar a democracia: 1) quando se necessita escolher uma opinião entre várias é melhor que seja pelo voto do que pela luta; 2) a democracia representa a garantia da liberdade individual. Esta liberdade, por sua vez, só se tornará realidade se a maioria assim quiser; 3) as instituições democráticas promovem maior entendimento dos assuntos públicos pela população. Conclui então, que democracia é um processo de formação de opinião e seu valor se revela em seus aspectos dinâmicos.

Esta opinião falada depende de um profissional para gerenciá-la, papel este do filósofo político, que não tem a função de determinar o que os outros devam pensar, mas mostrar as possibilidades da política como um todo. Por outro lado, o cientista não deve se submeter aos pontos de vista da maioria.

Em seu último capítulo da primeira parte Hayek trata da dualidade entre o assalariado e o homem independente e segundo ele, no mundo ocidental houve o crescimento de uma maioria de assalariado, que é a categoria mais interessada em assegurar a preservação de um número de pessoas independentes.

A liberdade deste grupo depende da existência de um outro grupo que tenha uma posição distinta da sua. Como o grupo de assalariado compões uma maioria, é ele quem garantirá a existência do outro grupo.

Há também uma diferença entre o indivíduo independente e o assalariado: o que considera como renda, os riscos que correm e as distintas opiniões quanto ao modo de determinar remunerações aos serviços feitos, pois a remuneração avaliada por outras pessoas não cabe ao trabalho de indivíduos independentes. Ao escrever sobre as diferenças entre grupos, Hayek diz que “um mundo em que a maioria pudesse impedir o surgimento de tudo que ela própria não aprovasse seria um mundo estagnado e, provavelmente, em decadência” (p. 142).

Ao concluir seu trabalho, Hayek aponta que as pessoas que não estão interessadas em apoiar o progresso em função da liberdade individual, são praticamente obrigados a se tornar um conservador. Segundo ele, o conservadorismo desde a Revolução Francesa representa um papel importante na política de toda a Europa. Hayek também observa que até o aparecimento do socialismo, o liberalismo se opunha ao conservadorismo e se definia como posição liberal que se difere tanto do conservadorismo, como do socialismo. Para ele, o conservadorismo está longe de apresentar-se *pari passu* ao que o progresso vem trazendo.

Segundo Hayek o liberalismo não quer permanecer parado, deve haver a eliminação de todos os obstáculos à evolução. Mesmo que não goste dos efeitos imediatos do que é novo e que nem considere toda mudança um tipo de progresso, os liberais apostam no avanço do conhecimento. Coragem e confiança são palavras-chave.

Enquanto isso, diferentes são os conservadores, que segundo o autor, tem medo da mudança, desconfiam do que é novo. Qualquer mudança deve estar atrelada a uma ordem, que deve haver alguém para supervisionar esta mudança, o que Hayek define como mais uma das características do conservadorismo, a paixão pela autoridade, impondo às outras pessoas valores em que acreditam. Não aceitando a possibilidade de um debate, os conservadores alegam sempre uma sabedoria superior a alguém e às vezes caem num nacionalismo extremo.

Para o autor, o que é muito marcante entre as diferenças dos conservadores e socialistas, dos liberais, são as convicções morais, que para os liberais não podem estar atrelados à coerção. Embora os liberais não sejam defensores do igualitarismo, o governo da maioria é um meio e não um fim em si mesmo.

Por fim, Hayek lembra que a tarefa de todo filósofo político é influenciar a opinião pública e não levar as pessoas para ação, daí pensar que não possa haver uma filosofia política totalmente conservadora, já que este tipo de filosofia nunca influenciaria nenhum tipo de “evolução”.

Referência:

HAYEK, Friedrich August Von. *Os fundamentos da liberdade*; introdução de Henry Maksoud; tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.